

## **RACIONALIZAÇÃO E FETICHISMO NO MARXISMO WEBERIANO**

**Ana Carolina Caridá<sup>1</sup>**

### **INTRODUÇÃO**

Neste artigo me ateno a alguns conceitos fundamentais das obras de Max Weber e Karl Marx. Em Max Weber discuto o conceito de *racionalização* e “*jaula de ferro*” a partir da obra “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” (WEBER, 1996). Em Karl Marx, exponho os conceitos de *alienação* e *fetichismo* da mercadoria. Baseio-me nas obras “Manuscritos Econômicos-Filosóficos” (1989) e “O Capital” (1985), mas especificamente o capítulo I “Mercadoria”, no qual o autor discute “O fetichismo da mercadoria: seu segredo”. Pretendo debater a aproximação destes conceitos no que se refere à análise da sociedade capitalista e, para tanto, me apoio em alguns comentadores como Habermas (1987), Löwy (1995), Löwith (1994), Mézáros (2010) e Teixeira e Frederico (2010).

Segundo Löwith (1994), a sociologia costuma se dividir em duas áreas de conhecimento: de um lado a que ele chama de sociologia *burguesa* e de outro o marxismo. Ele aponta que ambas investigam a sociedade capitalista, sua economia e o papel do homem neste contexto. Além disso, afirma que a questão posta nas discussões é o modo de ser homem na modernidade:

É no homem *como tal* que a problemática da ordem social e econômica burguês-capitalista se manifesta e se revela, o próprio “capitalismo” pode ser apreendido no seu significado fundamental e transformado em objeto de uma questão social-*filosófica*. (LÖWITH, 1994, p. 17)

<sup>1</sup> Mestranda em Sociologia Política PPGSP/UFSC.



A partir de uma análise comparativa, pretendo elucidar algumas aproximações e distanciamentos referentes às teorias de Max Weber e Karl Marx, no que tange às suas idéias “[...] do homem como fundamento da economia e da sociedade” (LÖWITH, 1994, p. 18). Löwith (1994, p. 18) aponta que:

A questão em torno do capitalismo, contida na questão do mundo contemporâneo, implica por seu turno uma determinada idéia daquilo que dentro deste mundo capitalista faz do homem um “homem”, o que dentro dele constitui a sua humanidade. Explicitar o tema de investigação de Marx e de Weber no concernente a este aspecto não equivale a dizer que este tema já constituísse para eles mesmos a tendência orientadora, mas ele constitui o pano de fundo onipresente em suas preocupações.

Nos meios acadêmicos, o termo marxismo weberiano foi cunhado por Merleau-Ponty ao se referir a Georg Lukács e sua obra “História e consciência de classe”. Neste livro, Lukács incorpora algumas idéias de Weber à sua teoria marxista sobre a *reificação* (LÖWY, 1995; TEIXEIRA, FREDERICO, 2010).

Karl Marx e Max Weber partem de concepções filosóficas distintas para explicitar suas teorias. O primeiro é neohegeliano e escreve acerca da exploração do trabalho na sociedade capitalista (postura fatalista e teleológica da história). O segundo, neokantiano, vai aclarar os processos de dominação racional e burocrática existente na sociedade do capital. De um lado tem-se uma postura que busca respostas a uma espécie de saber absoluto e de outro uma predisposição à neutralidade e à convicção de que o saber é sempre inconcluso (LÖWY, 1995).

## **1 MAX WEBER: RACIONALIZAÇÃO E “JAU LA DE FERRO”**

Em primeiro lugar, esboço algumas considerações referentes à obra de Max Weber (1996), “A ética protestante e o espírito do capitalismo”. O autor menciona que o ocidente tem uma cultura

particular, a qual possibilitou o desenvolvimento do pensamento científico através de uma busca racional, sistematizada e especializada. Isto teria sido possível devido ao desencantamento do mundo, o qual teve seu cerne no judaísmo e se desencadeou no protestantismo ascético, tendo como consequência uma espécie de racionalização religiosa, a qual possibilitou a eliminação da magia como meio de salvação.

Nesta obra, o clássico dá ênfase à influência das idéias religiosas para o desenvolvimento de um espírito econômico, o *ethos* capitalista. Assinala que o espírito da moderna vida econômica está imbricado na ética racional protestante. Esta ética assinala algumas virtudes idealizando o modelo de homens honestos. Estes têm o dever de aumentar o próprio capital assumido como um fim em si mesmo, não se tratando de um meio para satisfazer a vida, mas de uma ética particular. As virtudes podem estar na aparência, desde que atinjam os fins necessários. Neste sentido, o homem deve gerar dinheiro como propósito final de sua existência. Ganhar dinheiro na sociedade capitalista é a expressão da virtude e da eficiência.

Esta ética é uma ordem inalterável na qual o indivíduo tem de viver, ele deve se conformar as regras de comportamento da sociedade capitalista. A sociedade moderna educa e seleciona os sujeitos de quem precisa. Trata-se de um processo de sobrevivência econômica do mais apto que apela para o “instinto aquisitivo”. Weber (1996) menciona que o excesso de mão-de-obra a ser empregada a baixo custo é uma necessidade do capitalismo.

O trabalho como um fim em si mesmo é uma vocação necessária a este sistema econômico. O protestantismo ascético, exemplificado especialmente pelo calvinismo, entende o trabalho como finalidade da vida. O ascetismo era contra o desfrute da vida e de tudo o que ela tem para oferecer. Condenava a desonestidade e a avareza compulsiva. Tinha a busca da riqueza como um fim em si mesmo. Acusava que a falta de vontade para trabalhar é falta de

graça divina e que quem não trabalha não deve comer. Somente através do trabalho que se pode alcançar a glória divina. Weber (1996) aponta que deus não requer o trabalho em si, mas um trabalho racional na vocação. A riqueza torna-se má quando se cultiva o ócio. Neste *ethos*, querer ser pobre é o mesmo que querer ser doente.

Esta influência da concepção puritana, berço do homem econômico moderno, proporcionou, para Weber (1996), o desenvolvimento da vida econômica da burguesia. A busca pelo reino de deus se transforma gradualmente em sóbria virtude econômica. As raízes religiosas dão lugar à mundanidade econômica. A ética burguesa defendia que se sua conduta moral estivesse intacta e que se não fosse questionável o uso que se fazia da riqueza, o indivíduo poderia perseguir seus interesses pecuniários quanto quisesse e com isso sentir que estava cumprindo um dever.

O trabalho aqui aparece como um propósito de vida desejado por deus. Trata-se de uma vocação que abrange trabalhadores e empresários. Justificativa ética para a moderna divisão do trabalho e a interpretação providencial da obtenção de lucro que justificou as atividades dos homens de negócios. Weber (1996) aponta que a limitação do consumo e a liberação das atividades de busca da riqueza proporcionaram o acúmulo de capital e a compulsão ascética para a poupança. Afirma que a racionalidade empresarial restringe o gasto de dinheiro, possibilitando seu aumento, proporcionando investimento produtivo de capital. O espírito do capitalismo está na conduta racional baseada na idéia de vocação nascida do espírito do ascetismo cristão.

A vocação aqui é entendida como uma convicção pessoal, destino ou tarefa assinalada para cada um. Este processo secularizou termos que antes eram destinados apenas ao sagrado. Weber (1996) estuda o processo de apropriação mundana e racional de conceitos sagrados como “desencantamento do mundo”, este entendido como

sendo a ruptura com as formas mágicas ou sacramentais pelas quais o homem buscava sua salvação. O protestantismo completou a tarefa de desmagificação religiosa do mundo. O desenvolvimento de uma ética intra-mundana esteve presente como valor religioso na organização racional do trabalho na produção industrial do mundo moderno. Este ascetismo construiu a harmonia da moderna ordem econômica através da produção por meio de máquinas determinando a vida dos indivíduos. O ascetismo laico transformou-se em utilitarismo, em uma espécie de “jaula de ferro” onde os indivíduos se encontram aprisionados.

No que se refere ao Estado ocidental Weber (1996) menciona que ele é composto por uma associação política com constituição racionalmente redigida, leis racionalmente ordenadas, administração coordenada por regras racionais e/ou leis e administrado por funcionários treinados. Esta sociedade centrada na calculabilidade e na burocratização é marcada pela busca do lucro sempre renovado por meio da empresa capitalista e racional.

Neste sentido, o autor aponta que a ação econômica capitalista faz menção às expectativas de lucros pela utilização das oportunidades de troca (possibilidades pacíficas de lucro). Isto se dá pela organização capitalística racional do trabalho livre e pela organização industrial racional voltada para um mercado regular. Elenca dois fatores que possibilitaram a moderna organização racional das empresas capitalísticas. Um deles seria a separação dos negócios e da moradia da família e o outro a contabilidade racional.

Weber (1996) está preocupado em discutir a origem da classe burguesa ocidental e suas peculiaridades ligadas ao fundamento da organização capitalista do trabalho. Ao explicar a gênese e a peculiaridade do racionalismo ocidental o autor disserta sobre os empreendimentos racionais da iniciativa privada (capital fixo e cálculos certos), racionalização da contemplação mística, da vida

econômica, da técnica, da pesquisa científica, do treino militar, do direito e da administração.

O objetivo da ação racional direcionada a valores consiste na realização do valor. Esta racionalidade é crescente na dominação da sociedade por meio de ações precisas. Cardoso (2008) aponta que duas são as formas de racionalização, a positiva e a negativa. A racionalização positiva representa o desencantamento do mundo e a negativa, a “jaula de ferro” (*stahlhartes gehäuse*). A primeira vai desencadear o desencantamento através da emergência de uma ética religiosa protestante ascética, de um aparato jurídico e legislativo racional que diferencia as esferas culturais de ação e de valor. A “jaula de ferro” seria o símbolo da modernidade, espécie de irracionalidade da racionalidade, enclausuramento do homem pela sua própria força libertadora.

As atividades racionais libertam o homem do encantamento e enclausuram os motivos e desejos humanos emanados deste mesmo processo. A expansão da cultura e da personalidade, conduzidas pelo Estado e pela economia, causam a extinção espiritual, intelectual e moral do homem (CARDOSO, 2008). Esta racionalização negativa é uma força irracional oriunda da expansão desenfreada do racionalismo formal, caracterizando uma prisão. A razão humana torna-se a própria prisioneira na modernização.

Duas são as consequências da “jaula de ferro”: a perda de sentido e a perda de liberdade. A perda de sentido ocorre pela diferenciação das esferas culturais de valor que se autonomizam. A segunda, pela independência dos sistemas de ação racional com respeito a fins. O mundo moderno perde o sentido devido à impossibilidade da existência de uma unidade ética e teórica. A razão perde sua unidade e universalidade:

O ganho em termos de domínio material sobre o mundo contrasta com a perda do significado da vida, antes assegurado pelas significações religiosas [...] O processo de racionalização torna a

vida social esvaziada de sentido. (WEBER, 1996, p. 271)

A perda da liberdade advém do desencantamento do mundo, da institucionalização da racionalidade, despersonalizando e rotinizando a vida dos indivíduos. A autonomização do subsistema racional-instrumental ameaça a liberdade dos indivíduos sob seu domínio. A burocratização da vida exige a racionalização da esfera do trabalho. Trata-se de um tipo puro de dominação legal, racional, legitimada como forma justa e eficaz de dominação, um instrumento de ação racional. Um mundo desencantado, sem liberdade, que se transformou numa jaula de ferro utilitarista (WEBER, 1996).

## **2 KARL MARX: ALIENAÇÃO E FETICHISMO DA MERCADORIA**

A fim de comparar os clássicos irei esboçar neste momento dois conceitos fundamentais da obra de Karl Marx: *alienação* e *fetichismo da mercadoria*. As fundamentações teóricas debatidas possuem algumas similaridades e distanciamentos no que se refere à análise da sociedade capitalista e ao modo como expressam a atuação do homem enquanto ser social consciente dentro do processo de concretização e avanço deste modelo de sociedade.

Karl Marx (1989), ao fundamentar o conceito de “trabalho alienado”, ressalta que o trabalhador transforma-se em “mercadoria”. Aponta que a miséria do trabalhador aumenta com o poder e com o volume de sua produção. A alienação está vinculada à propriedade privada, separação entre trabalho, capital e terra, troca e competição, valor e desvalorização do homem, monopólio e competição e ao sistema do “dinheiro”.

Neste sentido, Marx (1989) afirma que o produto do trabalho humano incorporado em um objeto e convertido em coisa física, é objetificação do trabalho. A objetificação como “perda e servidão ante o objeto, é alienação”. O objeto produzido pelo trabalho, o produto, torna-se um “ser estranho”. O ato em si é simultaneamente sua



objetificação. O trabalhador é despojado das coisas mais essenciais, sua vida e seu trabalho. O trabalho transforma-se em um objeto e a apropriação do objeto aparece como alienação. Quanto mais objetos o trabalhador produz, menos pode possuir, e tanto mais fica dominado pelo seu produto, o capital. O produto do trabalho é assim um objeto estranho ao trabalhador.

A alienação está presente em duas esferas, no processo de produção e na atividade produtiva. O homem aliena a si mesmo no ato de produção. Trata-se de uma alienação da atividade, sendo a própria atividade, atividade da alienação. O trabalho aliena a natureza do homem e aliena o homem de si mesmo. Neste sentido, o trabalho torna-se exterior ao trabalhador. O trabalhador nega-se a si mesmo no trabalho e neste não pertence a si mesmo. Esgota-se fisicamente e arruína seu espírito, só se sentindo em si fora do trabalho, configurando o trabalho forçado.

A máquina converte o homem em máquina e restringe a necessidade do operário à manutenção da vida física. O operário, aqui, é um ser sem sentido e privado de necessidades. Faz de sua atividade a abstração da própria atividade. O ato da produção é uma atividade que não o pertence, está contra ele, é auto-alienação manifesta na relação com outros homens.

Neste sentido, o trabalho satisfaz a necessidade de manter a existência física, em que o próprio ser é o meio de existência. O trabalho alienado rouba a vida genérica do homem, sua objetividade como ser genérico, transforma a vida genérica do homem em ser estranho. Sua própria consciência altera-se por meio da alienação, tornando sua vida genérica um meio de existência, alienando o homem em sua relação com outros homens. O homem passa a ser um ser estranho.

A divisão do trabalho é a expressão econômica do caráter social do trabalho no interior da alienação. O trabalho é a expressão da



atividade humana no interior da alienação. É a exteriorização da vida como alienação da vida.

A propriedade privada é a consequência do trabalho alienado. É o meio pelo qual o trabalho se aliena, é a realização da alienação. O trabalho é a essência subjetiva da propriedade privada, a qual é o estado exterior ao homem. O homem é posto sob a determinação da propriedade privada. No capitalismo, o trabalho alienado é a essência geral da riqueza, é a essência subjetiva da propriedade privada. A última é a relação da coletividade com o mundo das coisas. A propriedade privada material sensível é a expressão material e sensível da vida humana alienada.

No “Capital: uma contribuição à crítica da economia política”, no capítulo referente à mercadoria, Karl Marx (1985) aponta seu conceito de fetichismo. Afirma que a mercadoria é perceptível e impalpável. Menciona que seu caráter misterioso não provém do seu valor de uso, nem dos fatores determinantes do valor. Aponta que este caráter está presente no produto do trabalho que assume a forma de mercadoria. O fetichismo está colado às mercadorias. É inseparável destas, decorre do caráter social do trabalho que produz mercadorias. Representa as relações materiais entre pessoas e relações sociais entre coisas:

A transformação do produto do trabalho humano em mercadoria faz com que esta ganhe uma “qualidade social” que não se confunde com a sua materialidade física. Como “realidade puramente social”, as mercadorias apresentam uma objetividade própria, tornam-se “coisas sociais”, “coisas sensíveis suprassensíveis” (TEIXEIRA, FREDERICO, 2010, p. 195).

A mercadoria representa as relações entre os produtores, relação social entre os produtos do trabalho. Ela encobre as características sociais do trabalho dos homens. São características materiais e propriedades sociais inerentes ao produto do trabalho,

que ocultam a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, “Reflete como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho” (MARX, 1985, p. 81), configurando uma dissimulação. Dissimulação porque os produtos do trabalho transformam-se em mercadorias, coisas sociais, propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos, que existem fora do órgão da visão. Neste sentido, Marx (1985) afirma que a relação social entre homens assume a forma de relação entre coisas.

O fetichismo está colado às mercadorias. É inseparável destas, decorre do caráter social do trabalho que produz mercadorias. Representa as relações materiais entre pessoas e relações sociais entre coisas. É “[...] a conversão dos objetos úteis em valores é, como a linguagem, um produto social dos homens” (MARX, 1985 p. 83). Marx define a produção de mercadorias como sendo:

O caráter social específico dos trabalhos particulares, independentes entre si, consiste na identidade deles como trabalho humano e assume nos produtos a forma de valor [...] A própria atividade social possui a forma de uma atividade das coisas sob cujo controle se encontram, ao invés de se controlarem. (MARX, 1985, p. 83)

Marx (1989) menciona que o homem está posto sob a determinação da propriedade privada e que esta é um ser exterior a si, representa a exteriorização real do homem, gerando estranhamento. Aponta que o capital industrial é uma forma objetiva e acabada de propriedade privada e que a falta de propriedade e sua posse não são uma contradição ainda que sejam a oposição entre capital e trabalho. Afirma que o trabalho é a essência da propriedade privada e que o capital é a sua forma de existência.

Neste sentido, a superação da propriedade privada é a apropriação sensível pelo homem e para o homem da essência e da vida humana, do homem total. O comunismo é a expressão da propriedade privada superada, e o trabalho não é superado, mas é

estendido a todos os homens (MARX, 1989, p. 06). Esta superação é a superação positiva da propriedade privada, a apropriação da vida humana, superação positiva de toda a alienação e emancipação total de todos os sentidos e qualidade humanos.

No prefácio de “Uma contribuição para a crítica da economia política”, Marx (1978) aponta que a produção de indivíduos é socialmente determinada e que na sociedade da livre concorrência os indivíduos estão desligados de seus laços naturais. Aponta que a superação da propriedade privada, a revolução social, só seria possível quando as forças produtivas materiais se chocarem com as relações de produção, com as relações de propriedade.

O conjunto das relações de produção define a estrutura econômica da sociedade e esta é a base da superestrutura jurídica e política que correspondem determinadas formas de consciência social. Esta consciência é explicada pelas contradições da vida material, pelo conflito entre as forças produtivas e relações de produção. O clássico defende que para desaparecer uma formação social é necessário que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém.

No capitalismo, o trabalho alienado é a essência geral da riqueza, é a essência subjetiva da propriedade privada. A última é a relação da coletividade com o mundo das coisas. A propriedade privada material sensível é a expressão material e sensível da vida humana alienada. A propriedade privada é expressão sensível do fato de que o homem se torna objetivo para si e se converte em um objeto estranho e inumano.

Marx não se restringe à mera quantificação do valor, não é apenas uma teoria da medida. O que a ele interessa é enfatizar a forma-mercadoria assumida pelo trabalho social dos homens. Não estamos no campo da economia “pura”, mas diante de uma teoria sobre a sociabilidade reificada, própria do modo de produção capitalista. (TEIXEIRA; FREDERICO, 2010, p. 173)

Marx nos “Manuscritos Econômicos Filosóficos de 1844” inicia seus escritos relatando como se dá o processo de alienação dos sujeitos, para enfim alcançar suas proposições com relação ao fetichismo da mercadoria na obra “O Capital”. Aponta que o conceito é processual, pois depende das condições histórico-sociais em que os indivíduos se encontram (MÉSZÁROS, 2006).

O fetichismo da mercadoria está intimamente relacionado ao capitalismo industrial, é um produto deste modo de produção. Marx demonstra o conceito de alienação perpassando por diferentes modos de produção onde o fenômeno se faz presente para enfim alcançar o sistema capitalista e demonstrar porque apenas neste modelo se verifica a reificação (MÉSZAROS, 2006). Mézszáros (2006, p. 96 – grifos do autor), como um dos leitores mais atentos do clássico na contemporaneidade, faz esta síntese brilhante da teoria da alienação:

Marx investiga tanto os aspectos históricos quanto os sistemático-estruturais da problemática da alienação, em relação às complexidades duais da “vida real” e dos seus “reflexos” nas várias formas de pensamento. Assim analisa ele:

01) As manifestações da autoalienação do trabalho na realidade, juntamente com as várias institucionalizações, reificações e mediações envolvidas nessa autoalienação prática, isto é, **trabalho assalariado, propriedade privada, intercâmbio, dinheiro renda, lucro, valor** etc. etc.;

02) Os reflexos dessas alienações por intermédio da religião, da filosofia, do direito, da economia política, da arte, da ciência “abstratamente material” etc.;

03) Os intercâmbios e reciprocidades entre (1) e (2); pois “os deuses são, **originariamente**, não a causa, mas o efeito do erro do entendimento humano. Mais tarde essa relação se transforma em ação recíproca”;

04) O dinamismo interno de qualquer fenômeno particular, ou campo de investigação, em seu desenvolvimento de uma complexidade menor para uma maior;

05) As inter-relações estruturais dos vários fenômenos sociais (das quais a reciprocidade entre 1 e 2 é apenas um tipo específico), bem como a gênese histórica e a renovada transformação dialética de todo esse sistema de inter-relações múltiplas;

06) Uma complicação adicional está no fato de que Marx analisa as teorias em seu contexto histórico concreto, além de investigar as relações estruturais de umas com as outras em cada período particular.

### **Georg Lukács e o marxismo weberiano**

Em um primeiro momento busco, a partir de Löwy (1995), aclarar alguns pontos do debate referente ao marxismo weberiano. A proposta é trazer à luz a complementaridade das teorias de Marx e Weber na teoria de Lukács, mas especificamente na obra *História e consciência de classe*. Posteriormente demarco algumas influências decorrentes do filósofo contemporâneo a partir dos escritos de Habermas (1987). Teixeira e Frederico (2010) também explicitam algumas questões pertinentes ao debate sobre o marxismo weberiano.

Löwy (1995) sugere que Talcott Parsons foi responsável por apresentar um Weber anti-marxista. Menciona que historicamente a “Ética protestante e o espírito do capitalismo’ foi entendido como tendo o intuito de ir contra os pressupostos do materialismo histórico, enquanto seu objetivo era o de expor o relacionamento entre o calvinismo e o *ethos* capitalista.

Löwith foi responsável pelo pontapé inicial da discussão referente à complementaridade dos clássicos, a qual não exclui as diferenças entre os autores, mas enfatiza suas intersecções. A expressão marxismo weberiano é uma provocação intelectual. Não deve ser entendida como uma ecleticidade de métodos. Ela expressa concepções filosóficas inspiradas em Marx que utilizam subsídios categoriais de Weber (LÖWY, 1995).

O conceito de reificação ou coisificação (*Verdinglichung*) de Lukács é entendido como sendo uma síntese do fetichismo da mercadoria de Marx e da racionalização de Weber. O filósofo de Budapeste fundiu a racionalidade formal weberiana com o trabalho abstrato e o valor de troca de Marx, permanecendo com seu pano de fundo materialista histórico dialético. Esta coisificação estende-se por muitos âmbitos da vida social, dentre eles o Estado, a administração, a justiça e o direito (LOWY, 1995):

Em Marx, o trabalho abstrato surge como a forma através da qual se expressa a sociabilidade capitalista. O conceito, assim, remete ao movimento do capital e aos processos de produção e circulação. Lukács, contrariamente, parte da evolução do processo de trabalho para, assim, introduzir em seu marxismo as idéias de Weber sobre a racionalidade e a cálculo. (TEIXEIRA; FREDERICO, 2010, p. 172)

Lukács não se vincula às temáticas materialistas que fazem menção às origens do capitalismo. O filósofo atém-se à tese weberiana para elucidar o processo de coisificação, afirma que existe uma interdependência entre o calvinismo e o capitalismo. Löwy (1995) afirma que Lukács desviou a análise da *Ética protestante* a fim de explicitar a alienação no capitalismo. Habermas (1987, p. 451) esboça que Lukács entendia a coisificação como um abismo entre cultura e produção :

*Georg Lukács empleó esta clave en Historia y Conciencia de clase para arrancar el análisis weberiano de la racionalización social del marco de la teoría de la acción y ponerlo en relación con los procesos anónimos de realización del capital que se cumplen en el sistema económico. El propósito de Lukács es aclarar la conexión entre la diferenciación de una economía capitalista regida a través de valores de cambio y la deformación del mundo de la vida, valiéndose para ello del modelo del fetiche de la mercancía.*

A coisificação em Lukács é uma peculiar assimilação das relações sociais e das vivências pessoais à coisas, o mundo da vida se coisifica, o homem se converte em mercadoria. Trata-se do efeito coisificador que a mercadoria exerce na medida em que se apropria do processo de produção e da coisificação das pessoas e das relações interpessoais na esfera do trabalho social. Lukács interpreta os fenômenos do racionalismo ocidental como signos do processo de capitalização integral de toda a sociedade. A mercadoria rege as relações dos indivíduos entre si, estipula o enfrentamento do homem com seu mundo externo e com sua natureza interna subjetiva (HABERMAS, 1987).

Marx, por sua vez, lembrou que nesse mundo abstrato o cristianismo em sua versão burguesa (protestantismo), ao fazer o *“culto do homem abstrato”*, tornou-se *“a forma de religião mais adequada para essa sociedade”*. Nota-se que, para Marx, o *“espírito do capitalismo”* não provém de fora do sistema capitalista, nem lhe é anterior, como preconizava Weber: ele brota das relações de produção mercantis e, portanto, é imanente à forma-mercadoria. Como *“célula germinal”*, a mercadoria contém, *in nuce*, todas as contradições do modo de produção capitalista. O estudo do capitalismo, começando pela mercadoria, revela uma forma de sociabilidade própria comandada pelo movimento incessante de autovalorização do capital (TEIXEIRA; FREDERICO, 2010, p. 199).

O desenvolvimento desta corrente a que se convencionou chamar de marxismo weberiano foi influenciada por Lukács e por seu conceito central de *coisificação*. Esta influência concretiza-se com mais evidência na Escola de Frankfurt. A obra *Dialética do Esclarecimento* (1944) de Max Horkheimer e Theodor Adorno exemplifica a tese de persuasividade (LÖWY, 1995). Horkheimer e Adorno questionam-se sobre o significado da autonomização dos subsistemas de ação racional com relação a fins e sobre o significado



desta autoalienação dos indivíduos que tem que se adaptar de corpo e alma às exigências do aparato técnico (HABERMAS, 1987).

Habermas (1987) assinala que Horkheimer tomou para si o conceito de racionalização em Weber e a crítica da razão instrumental em Marx para elaborar sua teoria. Cita que o autor discorre acerca da racionalidade formal (base da atual cultura industrial), da racionalidade direcionada a fins e da razão instrumental. Horkheimer se debruça em Weber para falar da perda de sentido e da perda de liberdade, e se debruça em Lukács para falar da racionalização capitalista como coisificação.

Para Horkheimer, a perda de sentido faz menção à razão instrumental como razão subjetiva em contraposição à razão objetiva. Esta razão estaria conectada com a metafísica, espécie de racionalidade formal, capaz de calcular probabilidades. A racionalidade formal elege os meios adequados para os fins determinados. Tanto Weber como Horkheimer discorrem sobre as imagens religiosas e metafísicas vítimas do processo de racionalização. A racionalização, como superação do mito consciência moderna determinada pela diferenciação de esferas culturais onde cada uma segue sua própria lógica interna, é a subjetivação da fé e do saber (HABERMAS, 1987).

Para Horkheimer o processo de racionalização cultural se desencadeia na perda de sentido e o processo de racionalização social culmina na perda da liberdade. Esta perda de liberdade ocorre quando o “[...] *control del comportamiento pasa tendencialmente de la instancia de la conciencia de los individuos socializados a las instancias planificadoras de las organizaciones sociales*” (HABERMAS, 1987, p. 448). Habermas (1987) assinala que para Horkheimer os sujeitos têm a necessidade de acomodar-se aos imperativos de seu entorno. Para Weber, a racionalidade com relação a fins é governada por um juízo, por uma moral, pela vontade autônoma do indivíduo

que se rege por princípios, atuando de modo racional com relação à valores :

A peculiaridade da análise que Weber faz do capitalismo – consiste no fato de que ele não encara o capitalismo como uma força autonomizada de relações, meios e forças “de produção” para, com base nela, entender ideologicamente todo o resto; mas, segundo Weber, o capitalismo só pôde transformar-se na força determinante da vida humana por desenvolver-se, por sua vez, no âmbito de “um modo racional de vida (LÖWITH, 1994, p. 19).

Löwith (1994) esclarece esta complementaridade conceitual no que se refere à análise que os autores clássicos Marx e Weber fazem da sociedade capitalista:

Esse *ethos* orientador se manifesta tanto no “espírito” do capitalismo – burguês – quanto no protestantismo – burguês. Ambas, religião e economia, configuram-se na sua vitalidade religiosa e econômica sob a direção deste todo orientador e influenciam-no, por sua vez, de forma concreta e retroativamente. O tipo de *economia* não constitui uma emanção de uma determinada fé, nem este constitui uma emanção “emanatista” de uma economia “substancial”, mas ambas configuram-se de forma “racional” sobre a base de uma racionalização geral do modo de vida. O capitalismo *como tal*, no seu significado econômico, não pode, por isso, ser encarado como a origem autônoma da racionalidade; muito antes uma racionalidade no modo de vida – com motivação original religiosa – faz também o capitalismo, no sentido econômico, transformar-se numa força dominante da vida. (LÖWITH, 1994, p. 19-20)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo procurei esboçar as influências das obras de Karl Marx e Max Weber no pensamento de Georg Lukács. Em suma, com relação a Weber, discuti os conceitos de racionalização e “jaula de ferro”, para assim demarcar como o filósofo húngaro aborda a “irracionalização” presente na vida social. A partir de Marx explicitarei

os conceitos de alienação e fetichismo da mercadoria a fim de demonstrar que os mesmos têm uma influência decisiva para as discussões referentes à reificação das relações sociais.

Tanto Marx quanto Weber, referindo-se ao sentido material da produção da vida, consideram o trabalho como um fator chave em suas indagações. O primeiro considera este conceito como central em sua argumentação. A ontologia materialista histórico dialética propõe-no como fundamento do ser social e aí está o mote do debate proposto por Georg Lukács em *História e Consciência de Classe* (1923). Max Weber, por sua vez, refletirá sobre o *ethos* do trabalho na sociedade capitalista. Como os valores do protestantismo ascético são disseminados e inculcados pelos agentes sociais, de como a religião se racionaliza para atender determinados preceitos e como estes valores se tornam irracionais através da burocratização da vida.

Apesar de ambos os autores focarem o trabalho em suas discussões, Marx e Weber partem de concepções filosóficas distintas para a análise da sociedade capitalista. O primeiro foi influenciado pelo pensamento de Hegel, que remonta ao saber absoluto e o segundo por Kant, o qual se refere à racionalização dos processos da vida<sup>2</sup>. Mesmo partindo de lugares antagônicos, suas teorias não devem estar situadas como num ringue onde a teoria mais “verdadeira” vencerá o combate. Ao elaborarem suas abordagens os autores não estavam preocupados em contrapor-se um ao outro:

Hoje em dia, a chamada “concepção materialista da história”, segundo, por exemplo, o sentido genial e primitivo do *Manifesto Comunista*, talvez apenas subsista nas mentes de leigos ou diletantes. Entre esses, com efeito, encontra-se

---

<sup>2</sup> No discurso filosófico da modernidade, Habermas (1987) analisa o conceito de modernidade em Hegel. Para este último o que o iluminismo (e aí estamos falando de Kant) não tinha reconhecido que aquilo que combatia era, na verdade, sua essência ao avesso. No desenrolar do Espírito (*Geist*), o movimento por ele criado consistia em períodos ou etapas dialéticas; ou seja, aquilo que Kant afirmava não passava da antítese da época histórica do Espírito (*Zeitgeist*). No caso, a síntese repousaria no conhecimento do absoluto, fruto da filosofia de Hegel.

ainda muito difundido o singular fenômeno de que a necessidade de explicação causal de um fenômeno histórico não fica satisfeita enquanto não se mostre (mesmo que só aparentemente) a intervenção de causas econômicas. [...] Quase todas as ciências, desde a filologia até a biologia, revelaram, numa ocasião ou noutra, a pretensão de produzir não só os seus conhecimentos específicos, como até mesmo “concepções de mundo”. (WEBER, 1993, p. 122)

A comparação entre os clássicos é necessária no que tange à desmistificação de preconceitos decorrentes de ambas as áreas do saber sociológico. No que se refere ao marxismo weberiano, pode-se dizer que ele é uma interessante ferramenta para análises sociológicas, visto que ambos autores clássicos tem muito a contribuir no que diz respeito ao entendimento da sociedade capitalista. A complementaridade nas abordagens sociológicas, a fim de analisar um mesmo fenômeno, enriquece o debate epistemológico; abrindo para novas possibilidades de pesquisa.

## REFERÊNCIAS

CARDOSO, Luís Antônio. O conceito de racionalização no pensamento social de Max Weber: entre a ambigüidade e a dualidade. **Teoria e Sociedade**, v. 01, n. 16, p. 256-275, 2008.

HABERMAS, Jürgen. Max Weber em la tradición del marxismo occidental. **Teoria de la acción comunicativa: racionalidad de la acción y racionalización social**. Madrid: Taurus, p.439-465, 1987.

LÖWITH, Karl. Max Weber e Karl Marx. *In*: René Gertz (Org.) **Max Weber & Karl Marx**. São Paulo: Hucitec, p. 17-31, 1994.

LÖWY, Michaël. Figuras do marxismo weberiano. Td. do francês por LIMA DE ARRUDA, Edmundo. Original. Figures du marxisme wébérien. *In*: **Weber et Marx. Actuel Marx n.II** ; Paris: PUF, p. 83-94, 1995. ([http://antivalor2.vilabol.uol.com.br/textos/outros/lowy\\_01.html](http://antivalor2.vilabol.uol.com.br/textos/outros/lowy_01.html))

MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. *In*: FERNANDES, Florestan (Org.). **Marx e Engels** (Coleção grandes cientistas sociais, 36). 3. Ed. São Paulo: Ática, 1989.

\_\_\_\_\_. O fetichismo da mercadoria: seu segredo. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Difusão Editorial, 1985.

\_\_\_\_\_. Prefácio de Para a crítica da economia política. In: **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. (Coleção Os Pensadores), São Paulo: Abril Cultural, p. 127-132, 1978.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo. 2006.

TEIXEIRA, Francisco; FREDERICO, Celso. Itinerários do marxismo weberiano (Cap. 01) e Transparência, opacidade e fantasmagoria em Marx e Weber (Cap. 02). In: **Marx, Weber e o marxismo weberiano**. São Paulo: Cortez, p. 171-211, 2010.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 11. ed. São Paulo: Pioneira, 1996.

\_\_\_\_\_. **Metodologia das Ciências Sociais**. Parte I. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1993.

**RESUMO**

A proposta do artigo é esboçar alguns conceitos de Max Weber e Karl Marx para assim delinear suas influências na teoria do filósofo húngaro Georg Lukács. O mesmo se divide em três momentos. No primeiro discute os conceitos de *racionalização* e “*jaula de ferro*” em Max Weber. Em seguida expõe a teoria materialista histórico dialética de Karl Marx e seus conceitos de *alienação* e *fetichismo da mercadoria*. Por fim, traz algumas contribuições para a discussão que abarca ambos os autores, vertente inaugurada por Georg Lukács, denominada marxismo weberiano.

**PALAVRAS-CHAVE:** Marx; Weber; Lukács.

---

**ABSTRACT**

The purpose of the article is to outline some concepts of Max Weber and Karl Marx to draw their influences so in theory the hungarian philosopher Georg Lukács. The same is divided into three stages. The first discusses the concepts of rationalization and "iron cage" in Max Weber. Then expose the historical dialectic materialist theory of Karl Marx and his concepts of alienation and commodity fetishism. Finally, provides a contribution to the discussion that covers both authors shed inaugurated by Georg Lukács, called weberian marxism.

**KEYWORDS:** Marx, Weber, Lukács.